

Suplemento do Centenário

O ESTADO DE SÃO PAULO

07-02-1976 N° 59

Neste número com que se encerra a apresentação de alguns dos problemas relacionados com a evolução da língua portuguesa no Brasil nestes últimos cem anos, Rolando Morel Pinto traça as bases dos estudos gramaticais em Portugal e mostra, a seguir, como se foram desenvolvendo entre nós esses estudos, os pioneiros que contribuíram para tornar mais objetivo o exame das questões linguísticas e a contribuição das faculdades de letras para o aperfeiçoamento desses estudos. Por sua vez, Isidoro Blikstein mostra o desenvolvimento dos estudos de linguística entre nós, seu papel abrangente a partir da década de 60, quando se intensificou o emprego de esquemas dessa disciplina e se exagerou o uso de uma terminologia rebuscada. Na parte final, I. N. Salum faz um balanço dos vários aspectos da evolução da língua nos últimos cem anos.

Cem anos de anos de língua portuguesa no Brasil – 2

Cem anos de gramática portuguesa no Brasil

ROLANDO MOREL PINTO

Introdução: A Gramática Portuguesa Anterior a 1880

Os estudos gramaticais de língua portuguesa, como hoje é sabido, somente se modernizaram, no nível da Filologia europeia, com os trabalhos de Francisco Adolfo Coelho, datados do terceiro quartel do século XIX. Antes do magistério do insigne professor do Curso Superior de Letras, a evolução doutrinária foi lenta, mas nem sempre uniforme, pois Leite de Vasconcelos encontrou elementos que lhe permitiram

propor sua conhecida divisão da história da Filologia Portuguesa em quatro períodos, o último dos quais teria início justamente em 1868, quando Adolfo Coelho introduziu novos métodos de pesquisa e de ensino da língua¹. A influência desse renovador foi de fundamental importância para o desenvolvimento dos estudos gramaticais brasileiros, que, a partir da década de 70 do século passado, começaram a substituir as velhas teorias pelas novas abonadas pelo método histórico-comparativo, que Frederico Diez aplicara nos estudos das línguas românicas. Assim, apenas de passagem consideramos aqui os três primeiros períodos com a introdução única de lembrar a função precursora de seus principais autores e obras.

No período inicial, isto é, nos quatro primeiros séculos da monarquia lusa, segundo o resultado das criteriosas pesquisas do autor dos **Opúsculos**, nada se fez em assuntos filológicos ou gramaticais, propriamente ditos. O ensino era ainda um privilégio dos padres e frades que transformaram os mosteiros em focos de cultura. Lá estavam as bibliotecas e as escolas. Em alguns deles se ensinavam as “artes liberais”, como era o caso dos mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e de Alcobaça, enquanto o simples ensino de gramática também se processava nas catedrais e nas igrejas das paróquias. Mas, em todos esses casos, apenas se cogitava do ensino do latim, pois se visava antes de tudo às exigências litúrgicas. O **romanço**, língua falada pelo povo, era simplesmente o veículo de aprendizagem da língua nobre – o latim.

Esta situação perdurou até depois do aparecimento das gramáticas portuguesas, porque ainda no século XVI o vernáculo era interdito nas escolas.

Graças à publicação, pela Biblioteca Nacional de Lisboa, do **Catálogo dos Códigos Alcobacenses**, sabemos quais autores latinos eram conhecidos dos mestres portugueses. Dos antigos, Prisciano foi um dos mais influentes, havendo cópia de sua obra. Entre os mais recentes, figuram o gramático italiano Papias (séc. XII), o **grecista** Eberhard de Béthune e Alexandre de Vila Dei, autor do famoso **Doctrinal** (séc. XII). Trata-se de uma obra escrita em hexâmetros, que estuda a morfologia e a sintaxe; é quase uma cópia da **Ars Grammaticae**, de Donato, considerado aliás o modelo das gramáticas latinas da Idade Média, tanto que se chegou a confundir o nome de Donato com o de gramático.

Parece, no entanto, não haver correspondência entre o ensino do latim e respectiva aprendizagem. A língua de Cícero havia-se transformado num instrumento de

¹ - J. Leite de Vasconcelos, *Opúsculos*, v. IV – *Filologia – (Parte II)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929, p. 859-919.

alta cultura ou em língua litúrgica. Por isso Leite de Vasconcelos pensa que o povo já não compreendia o latim, e os sermões não atingiam à maior parte dos leigos, que percebiam os pregadores apenas pelas exhibições que este faziam, pelo tom de voz e pelos gestos, como acontece nos teatros àqueles espectadores que não entendem a língua em que se representa a peça².

O latim escrito também se ressentia da ignorância dos usuários e aparece eivado de erros, mesclado já da sintaxe e do léxico português. Estes sintomas prenunciavam a importância que as línguas nacionais paulatinamente adquiriam e que se firmaria definitivamente depois do século XV, quando se definem as nacionalidades.

Uma das poucas manifestações anteriores que se conhecem contra o domínio da cultura clássica, especialmente da cultura latina, é a de D. Duarte que, no **Leal Conselheiro**, “recomenda grande cuidado e parcimônia na adoção de palavras da língua latina, apresentando-se assim, no acertado dizer de Agostinho de Campos, como o mais antigo defensor da vernaculidade e o mais antigo paladino da nossa linguagem”³. Na obra citada, o filho e sucessor de D. João I tem curioso capítulo acerca “Da maneira pera bem tornar algũa leytura em nossa lynguagem” - no qual resume algumas regras de tradução, destacando-se entre elas as que recomendam expressa fidelidade ao texto, o respeito ao decoro, o emprego de palavras estritamente portuguesas, não alatinadas, “nem doutra lynguagem”, além das exigências de clareza, elegância e concisão.

Com essa atitude o erudito rei português antecipou-se ao movimento de defesa das línguas nacionais, que, iniciando-se na Itália, pela atuação de Bembo (1526) e Sperone Speroni (1542) logo se estendeu a outros países.

Se valorizamos a manifestação esporádica de D. Duarte, é preciso acrescentar que só no século XVI surgem realmente os patronos das excelências da língua portuguesa. Foram eles os nossos primeiros filólogos, pois, como diz Rebelo Gonçalves, “se é certo que foram úteis alguns esforços anteriores – como o magistério de Antonio Martins, que leu na Universidade Olissiponense a **Arte** de João Pastrana, como o labor de Cataldo Sículo, que, estrangeiro embora, difundiu em Portugal o gosto dos estudos gramaticais. – o que vale de fato a inauguração da nossa Filologia são as

² Idem, *ibidem*, p. 862.

³ **Albino Forjaz de Sampaio, dir.** (et alii). *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, v. I, Paris, Aillaud e Bertrand, 1929, p. 338.

obras de Fernão de Oliveira, João de Barros, Duarte Nunes do Leão e Pero Magalhães Gândavo”⁴.

Foi o que já sentira Leite de Vasconcelos, ao considerar esses filólogos como iniciadores do segundo período da história da nossa Filologia, cujas características aponta: “preocupação, nos gramáticos, da semelhança da gramática latina com a portuguesa, ao que eram levados por influência dos humanistas da época do Renascimento, e como consequência inevitável do ensino nos séculos .precedentes exclusivamente baseado no latim; disciplina e autoridade gramaticais; o estudo cada vez mais profundo da lexicologia; e sentimento patriótico da superioridade da língua portuguesa em face das outras, principalmente da castelhana, sua concorrente temível”⁵.

De fato, uma constante no pensamento desses autores é o louvor à língua portuguesa. Esta preocupação laudatória, aliás, prolongou-se até mais tarde e a confirmação temos no **Dicionário da Língua Portuguesa**, da Academia Real de Ciências de Lisboa (Lisboa, na Oficina da mesma Academia, 1793), que traz, nas páginas introdutórias, um extenso capítulo – “Memorias e Louvores da Lingoa Portuguesa que se achã em diversos autores”, no qual se transcrevem, como o título explica, as opiniões de todos aqueles, nacionais ou estrangeiros, que se referiram à língua portuguesa em tons encomiásticos.

Mas, se concentramos nossa atenção nos problemas especificamente relacionados com o ensino da língua, temos de concordar que a primeira sistematização desse ensino aparece nas famosas **Cartinhas** ou **Cartilhas**, destinadas à alfabetização de portugueses ou estrangeiros dos territórios ultramarinos, que Portugal ia incorporando à sua Coroa. Elas incluíam, além de noções de língua, outras de doutrina cristã, o catecismo, cuja finalidade João de Barros, um dos principais autores, assim expõe ao Príncipe D. Felipe, a quem oferece sua **Cartinha**: “E, antes que se trate da gramática, porei os primeiros elementos da lêteras, em modo de arte memorativa, por mais facilmente aprenderem a ler. E desi os preçeitos da lei e os mandamentos da Igreja, com um tratado de ouvir a missa”⁶.

Dissemos um dos primeiros, porque há notícias de outros anteriores, como nos informa Maria Leonor Buescu, a cuidadosa editora das obras pedagógicas de João de

⁴ F. Rebelo Gonçalves, “História da Filologia Portuguesa”, in Boletim de Filologia, Lisboa, 4 (1-2), 1936.

⁵ L. de V., op. cit., p. 865.

⁶ João de Barros, Gramática da Língua Portuguesa, Edição organizada por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971, p. 240.

Barros: “Efetivamente, a consulta do **Catálogo** de Anselmo leva-nos a concluir que houve várias **cartinhas** antes e depois da de João de Barros (sendo algumas delas apenas reedições), como primeiro livro de ensino”⁷.

A tentativa de sistematização da língua, propriamente dita, só tem início com as duas primeiras gramáticas, que surgem na mesma época: em 1536 a de Fernão de Oliveira e em 1540 a de Barros.

Como dissemos, lecionar gramática nas escolas equivalia a ensinar latim. Isto, porém, não impedia que, particularmente, se doutrinassem fundamentos da língua vernácula ou que se debatessem problemas com ela relacionados. As duas gramáticas citadas, embora com métodos diversos, procurarão estabelecer os fundamentos do Português, descrever suas peculiaridades e chamar a atenção para as virtudes e excelências, em face não apenas do latim, mas também de outras línguas, em destaque, por motivos óbvios; o castelhano. Elas se integram, pois, no movimento cultural renascentista de gramaticalização da língua vulgar.

A história das edições desses primeiros trabalhos leva-nos a deduzir que pouca influência tiveram nos seus continuadores. Só em 1785 se reedita a **Gramática** de João de Barros, enquanto a de Fernão de Oliveira esperaria o século XIX (1871); assim mesmo, ambas as reedições são muito defeituosas. Nos últimos tempos, porém, vários estudiosos têm-se voltado para elas e, como resultado, dispomos de edições modernas e bem feitas, além de estudos criteriosos, pelos quais podemos avaliar sua importância histórica e doutrinária⁸.

Duarte Nunes do Leão é a figura que mais se destaca no 2º período. Suas conhecidas obras – **Ortografia** (1576) e **Origem da Língua Portuguesa** (1606) – complementam as noções gramaticais e têm cunho prático, destacado pelo Autor: “E porque não causam menos fealdade os erros que se comettem, escruendo corruptamente que os que se comettem fallando, mas muito maior, (porque a scriptura fica sempre viua E manifesta, E as palauras passão como cousa momentanea, E que não permanece) compus em minha verde idade hum liuro de **Orthographia da lingoa Portuguesa**, em que reduzi a arte E preceptos o que nunca teue arte nem concerto, o qual de todos os

⁷ Op. cit.

⁸ **Da Gramática de Fernão de Oliveira, temos: a 3ª edição, “feita de harmonia com a primeira (1536) sob a direção de Rodrigo de Sá Nogueira”. Lisboa, Tipografia Beleza, 1933; e A Gramática de Fernão de Oliveira, Texto reproduzido da 1ª edição, por Olmar Guterres da Silveira, Rio, 1964. Da de João de Barros – 3ª edição, organizada por José Pedro Machado. (Lisboa), 1957 e a edição sob os cuidados de Maria Leonor Carvalhão Buescu, com reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações da editora, Lisboa, 1971.**

homens doctos foi bem recebido, E per que se muito melhorou a scriptura que entre nós andava mui deprauada”⁹.

A importância de Duarte Nunes do Leão, há muito reconhecida, tem sido confirmada modernamente. Secundando a opinião de Leite de Vasconcelos, que julgava a **Origem** “magnífico trabalho para o tempo”, Sílvio Elia, em recentíssimo ensaio, depois de reportar-se a essa opinião e a uma referência de Luciana Stegagno Picchio, assim se expressa: “Realmente a sua obra é notável para a época. Foi historiador da língua, ocupou-se com leis fonéticas, tratou de etimologias, estudo das alterações semânticas e ensaiou até alguns passos no sentido da gramática comparada das línguas românicas. Os erros cometidos são de longe superados pelos acertos. Lendo-o ainda hoje, um filólogo treinado na prática do método histórico-comparativo, haverá de murmurar: “É um dos nossos”¹⁰.

O afã renovador que a administração pombalina despertou em Portugal na segunda metade do século XVIII, atingiu todos os setores, principalmente o da educação com naturais reflexos nas artes e ciências. Aliás, a idéia de renovação já tomara conta de alguns setores culturais, do que é prova a criação, em 1720, da Academia Real de História Portuguesa, que, segundo Fidelino de Figueiredo, “imprimiu orientação nova aos estudos históricos, promoveu o aparecimento de obras numerosas e de grande valia, deu fundamento a progressos na arte tipográfica e, pela tradição que de si deixou, preparou e sugeriu as duas academias mais salientes da época imediata: a Arcádia Lusitana e a Arcádia Real das Ciências”¹¹.

As datas de criação dessas duas prestigiosas Instituições – respectivamente, 1756 e 1779 – passaram a ser consideradas, tanto para os historiadores da Filologia, como para os da Literatura Portuguesa, marcos indiscutíveis nas suas propostas de periodização. Essas Academias ditaram uma renovação filosófica e crítica.

No esquema deste trabalho importa registrar, entre os itens de relevo de programa da Academia Real das Ciências, a discussão de vários temas filológicos e o plano de organização de um Dicionário português “de grandiosas e notáveis proporções”. Infelizmente o plano reconhecidamente ambicioso ficou, como sabemos,

⁹ **Duarte Nunes do Leão**, *Origem e Ortografia da Língua Portuguesa*. Lisboa, **Tipografia do Panorama**, 1864.

¹⁰ **Sílvio Elia**, *Ensaio de Filologia e Lingüística*, 2ª edição, refundida e aumentada, Rio de Janeiro, Grifo/MEC, 1975, p. 247.

¹¹ **Fidelino de Figueiredo**, *História da Literatura Clássica*, 3ª v., São Paulo, Editora Anchieta S. A., 1946, p. 7.

na publicação do 1º volume, em 1789, correspondente à letra “A”, terminando com o verbo **Azurrar!**

Ainda no capítulo da lexicologia, se a contribuição oficial da Academia ficou assim truncada, o mesmo não aconteceu com a iniciativa particular de alguns devotados pesquisadores, do porte de Viterbo e Moraes. A Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo devemos o **Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usavam** (1789/1799), ainda hoje indispensável instrumento de trabalho de todos aqueles que estudam o português arcaico. Entre outros méritos possui o de registrar copioso material linguístico extraído de velhos documentos que se perderam com a destruição dos conventos.

O brasileiro Antônio de Moraes Silva continua sendo, apesar do tempo, um dos nossos mais autorizados lexicógrafos e, por isso, sua obra é de citação obrigatória neste esboço. O **Dicionário da Língua Portuguesa**, em 2 volumes, que saiu no mesmo ano do Dicionário da Academia, teve em 1813 uma segunda edição, revista e aumentada pelo Autor e, desde então, o “Dicionário do Moraes” passou a ser uma das obras mais respeitadas no gênero, por força do rigor científico que imprimiu no seu trabalho, pesquisando em obras e documentos os termos e abonações que registrou. A consulta desse magnífico acervo ficou ao alcance da maioria dos interessados depois que a **Revista de Língua Portuguesa** promoveu, em 1922, uma edição fac-similada, comemorativa do 1º Centenário de nossa Independência. Moraes também nos deixou duas gramáticas: **Epítome de Gramática Portuguesa** (1806) e **Gramática Portuguesa** (1824). No entanto, a obra gramatical desse período, que, apesar das fragilidades doutrinárias, mais repercutiu entre os estudiosos de língua portuguesa, foi a **Gramática Filosófica da Língua Portuguesa** (1822), do Padre Jerônimo Soares Barbosa.

É preciso que se diga que as “Gramáticas Filosóficas” estavam na ordem do dia, embora muitas das obras que ostentavam esse título não o merecessem. A Academia das Ciências chegou até a propor um prêmio para a melhor obra do gênero, incentivo que explica a proliferação de “gramáticos filósofos”.

Voltando, porém, a Soares Barbosa, temos de convir que as teorias que esposou cedo envelheceram, diante dos progressos da Linguística Comparativa, mas que nem por isso sua autoridade deixou de ser, até há pouco, invocada por gramáticos brasileiros, assim como é agora buscada pelos que se dedicam à Gramática Transformacional. A consideração da Sintaxe, à qual pertence a parte lógica da língua, e a famosa regra sobre o uso do **infinito pessoal** fizeram fortuna entre os gramáticos posteriores,

principalmente entre aqueles que se limitavam a repetir a lição, sem submetê-la a uma análise crítica, como a que fez Said Ali.

O zelo purista gerado pelo estudo dos clássicos, e com raízes no período anterior, foi outra característica da época e que teve muitos seguidores. A ele ficou ligado, em termos bastante restritivos, o nome do Cardeal Saraiva, considerado modelo de intransigência. A visão estreita dos fatos da língua contaminou muitos espíritos e as consequências podem ser medidas no grande número de polêmicas estéreis e inconsequentes que marcaram época na história da Filologia portuguesa e brasileira.

Concluimos, afinal, que o esforço de renovar foi grande, mas os resultados pouco expressivos. Era preciso uma mudança radical de métodos e critérios para que os estudos portugueses abandonassem uma tradição que se esgotava e se integrassem nas doutrinas revolucionárias da Linguística Comparativa, que, no domínio das línguas românicas tinha como mentor Frederico Diez, que, em 1836, iniciara a publicação da sua Gramática das Línguas Românicas, entre nós divulgada pela versão francesa de Brachet e Gaston Paris, **Grammaire des langues romanes**; 3 vols, 1870.

Adolfo Coelho e Júlio Ribeiro - A Gramática Comparativa

Em Portugal, o primeiro filólogo a adotar o método histórico-comparativo foi Francisco Adolfo Coelho. É a partir de sua obra (o primeiro trabalho publicado foi **A Língua Portuguesa**, Coimbra, 1868) que se pode falar em perspectiva científica nos estudos do português. Como diz Leite de Vasconcelos, depois dele a Filologia portuguesa (acrescentamos, a Linguística portuguesa) entrava em nova fase: “Aos simples inventários do período precedente, embora já feitos, segundo ponderei, com alguma crítica, sucedeu o espírito de classificação, que reuniu elementos dispersos e preparou organizações futuras; estendeu-se a área da comparação linguística, tanto no campo especial como no geral, de modo que se viu que existia regularidade e ordem natural em fenômenos outrora tidos como únicos ou caprichosos; enfim, considerou-se, com rigor maior que dantes, a linguagem como elemento de nacionalidade, e ao mesmo

tempo como caráter étnico, e neste sentido opõe-se cientificamente um dique à corrente de estrangeirismos”¹².

O seu labor foi contínuo e contagiante; investigou os mais variados campos da Filologia e da Linguística e atuou, através das lições impressas nas obras ou proferidas em conferências e na Cátedra do Curso Superior de Letras, conquistando um grande número de discípulos e admiradores, que logo o acompanharam, não só em Portugal, mas também no Brasil.

Note-se que muitos dos títulos importantes da década de 70: **Teoria da Conjugação** (1871), **Questões de Língua Portuguesa** (1874), **Formes divergentes de mots portugais** (1874), **Bibliografia Crítica de História e Literatura** (1875) e **Contos Populares Portugueses** (1879).

Julgamos que, desse período, ainda merecem citação especial Epifânio da Silva Dias e Gonçalves Viana. O primeiro, pela **Gramática Prática da Língua Portuguesa** (1870) e pela **Sintaxe Histórica Portuguesa**, obra póstuma, que até hoje figura obrigatoriamente nas bibliografias especializadas. A ele também se deve a organização de edições críticas, como as das obras de Cristovão Falcão e de **Os Lusíadas**, entre outras. O segundo, Gonçalves Viana, por ter iniciado, em língua portuguesa, as pesquisas científicas dos fenômenos fonéticos. Sua atuação foi fecunda e duradoura, pois seu nome ficou para sempre ligado aos discutíveis problemas de ortografia, em que nos vimos debatendo há longo tempo.

A síntese que fizemos da evolução dos estudos filológicos e lingüísticos em Portugal, seguindo, por vezes, muito de perto o citado esboço de Leite de Vasconcelos, permitirá compreendermos melhor a realidade brasileira, que, até final do século passado, não pode ser considerada isoladamente.

Pelo que sabemos, poucos são os trabalhos sobre o assunto e, naturalmente, de níveis diversos. Se deixarmos de lado as rápidas e incompletas informações de Leite de Vasconcelos, parece que a mais antiga tentativa de sistematização da história dos estudos gramaticais no Brasil é de autoria de Maximino Maciel. No entanto, o autor da **Gramática Analítica** praticamente se limitou a reconhecer o período de transição por que passava o ensino da Língua Portuguesa, na época do aparecimento da sua gramática acima citada em 1887, com breves comentários a gramática da chamada **escola clássica** e da nova **escola positiva**, à qual pertencia a maioria dos seus contemporâneos. A

¹²

Op. cit, p. 886.

resenha pára justamente em Mário Barreto, que Maximino reconhece ser da nova geração que despontava.

Antenor Nascentes é, de fato, quem tenta o primeiro “esboço histórico” da Filologia portuguesa no Brasil, no capítulo que tem exatamente esse título e que integra os **Estudos Filológicos** (Civilização Brasileira 1939). Sua periodização é ponto de partida de novos empreendimentos no gênero, como o de Sílvio Elia – “Os Estudos Filológicos no Brasil”, capítulo dos **Ensaio de Filologia e Linguística** (Grifo Edições, 1975) e o ligeiro ensaio de Ataliba de Castilho, “Estudos Linguísticos no Brasil – Notas para sua história”, publicado no n.º 2 da revista **Alfa** (1962), da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília.

No que se refere a São Paulo, temos informações circunstanciadas no ensaio do Prof. Theodoro Henrique Maurer Jr., publicado na edição deste Jornal, comemorativa do IV Centenário de São Paulo (1954), págs. 121-122.

Antenor Nascentes, depois de breve referência aos esboços feitos por Leite de Vasconcelos e Maximino Maciel, acima referidos, diz que retomou o assunto para atualizar aqueles trabalhos. Na sua opinião, três são os períodos da história da Filologia brasileira (observe-se, preliminarmente, que seu resumo data de 1939): “embrionário” (“dos tempos em que começava a cultura brasileira até 1835, data da publicação do **Compêndio de Gramática da Língua Nacional** (sic) de Antonio Álvares Pereira Coruja”); o “empírico” (“de 1835 a 1881, data da publicação da **Gramática Portuguesa**, de Júlio Ribeiro”) o “gramatical” (“de 1881 a 1939, ano da fundação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil”).

A proposta de divisão de Sílvio Elia deixa de lado o período “embrionário”, “para melhor (deter-se) nas fases em que os estudos de Filologia ganharam progressivamente autonomia entre nós. Obviamente é o que se dá a partir da Independência”. Assim, ele considera apenas dois períodos: o “vernaculista” (“de 1820 – data aproximada de nossa independência política – a 1880 – data aproximada da publicação da **Gramática Portuguesa**, de Julio Ribeiro”) e o “científico” (“daí até 1960”). Na análise do período “científico”, o Autor o divide duas fases (1880 a 1920 e 1920 a 1960) e a 2ª fase em três gerações (1900-1920, 1920-1940, 1940-1960). Em linhas gerais, consideraremos aqui essa divisão de Sílvio Elia, isto é, julgamos que a renovação trazida pela **Gramática Portuguesa** de Júlio Ribeiro marca o início de uma etapa que só terminaria em 1934, com a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, que coincide com a criação da Universidade de São Paulo.

Mas voltando a ambas as lições, de Antenor Nascentes e Sílvio Elia, verificamos que são concordes num ponto: foi Júlio Ribeiro o definidor de novos rumos para o estudo do português. Lembramos ainda que o ilustre gramático brasileiro homenageia na sua **Gramática**, entre outras personalidades brasileiras e estrangeiras, a Adolfo Coelho, que, pouco antes, havia introduzido as idéias novas da linguística Comparativa em Portugal.

Na década de 80, portanto, as novidades que sopravam da Europa e que por aqui chegavam mais ou menos esgarçadas, passaram a ser perfilhadas pelos autores mais abertos, embora de forma imperfeita, como já assinalava a crítica de Maximino Maciel, no “Breve Retrospecto sobre o Ensino da Língua Portuguesa”. Não desaparecem de repente as reminiscências da velha tradição, presente no apreciável número de gramáticas que, no Rio, mas também nas províncias, continuavam a surgir.

Gramáticas Brasileiras publicadas entre 1808 e 1880

De uma relação organizada por Antenor Nascentes e divulgada na **Revista de Cultura** em janeiro de 1940, destacamos, para efeito de documentação dos períodos anteriores a 1881, algumas das gramáticas de autores brasileiros, publicadas aqui e em Portugal, a partir de 1808: Antônio Moraes Silva, **Epítome de Gramática Portuguesa**, Lisboa, 1808; José Joaquim Alencastro, **Resumo das Quatro Partes da Gramática Portuguesa**, Rio, 1828; José Alexandre da Silva Paz, **Gramática Elementar e Metódica da Língua Portuguesa**, Rio, 1833; Antônio Alvares Pereira Coruja, **Compêndio de Gramática da Língua Nacional**, Rio, 1835; J. Rodrigues, **Gramática Portuguesa**, São Paulo, 1835; Luís da Silva Alves de Azambuja Susano, **Compêndio de Gramática Portuguesa**, Rio, 1851; Cirilo Dilermando da Silveira, **Compêndio de Gramática da Língua Portuguesa**, Rio 1855; Joaquim Sabino Pinto Ribeiro, **Compêndio de Gramática Portuguesa**, Rio, 1862; José Alexandre de Passos, **Resumo de Gramática Portuguesa**, Rio, 1855; Filipe José Alberto Júnior, **Gramática Eclético-Rudimentar da Língua Portuguesa**, Bahia, 1858; Joaquim Frederico Kiappe da Costa Rubin, **Novo Método de Gramática Portuguesa**, Ceará, 1861; Manuel Soares da Silva Bezerra, **Compêndio de Gramática Filosófica**, Ceará, 1861; José Bernardino de Sena, **Lições de Gramática Portuguesa**, Pernambuco,

1861; Raimundo Câmara Bethencourt, **Epítome da Gramática Portuguesa**. Rio, 1862; José Ortiz, **Novo sistema de estudar a gramática portuguesa por meio da memória inteligência e análise**, Vitória, 1862; Joaquim Sabino Pinto Ribeiro, **Epítome da Gramática Portuguesa**, Rio, 1862; Francisco Sotero dos Reis, **Postillas de gramática geral aplicada à língua portuguesa pela análise dos clássicos**, Maranhão, 1862; Autor anônimo; **Gramática Pitoresca**, Rio, 1862; Francisco Alves da Silva Castilho, **Preliminares de Gramática**, Rio, 1864; Charles Adrien Olivier Grivet, **Gramática Analítica da Língua Portuguesa**, Rio 1865; Jorge de Andrade, **Elementos de Gramática Portuguesa**, Recife, 1865; Carlos Hoefler, **Resumo da gramática da língua nacional adequada ao ensino metódico dos principiantes**, Porto Alegre, 1866; Francisco Sotero dos Reis, **Gramática Portuguesa**, Maranhão, 1866; Laurindo da Silva Rabelo, **Compêndio de Gramática Portuguesa**, Rio, 1869; Alexandre José de Melo Moraes, **Gramática Analítica da Língua Portuguesa Ensinada por meio de Quadros Analíticos**, Rio 1869; Autor anônimo, **Gramática Teórica e Prática da Língua Portuguesa**, Rio, 1970; Ortiz e Pardal, **Gramática Analítica e Explicativa da Língua Portuguesa**, Rio, 1871; H. C. Taylor, **Gramática da Língua Nacional**, Rio, 1871; Paulino de Souza, **Grammaire Portugais Raisonné et Simplifié**, Paris, 1872; Augusto Carneiro Monteiro da Silva Santos, **Gramática Elementar e Filosófica da Língua Portuguesa**, Recife, 1873; Salvador Henrique de Albuquerque, **Rudimentos de Gramática Portuguesa**, Recife, 1873; Inácio Francisco dos Santos, **Compêndio de Gramática Portuguesa**, Recife, 1875; Manuel Olímpio Rodrigues da Costa, **Gramática Portuguesa**, Rio, 1876; Joaquim José Menezes Vieira, **Primeiras Noções de Gramática Portuguesa**, Rio, 1877; Augusto Freire da Silva, **Rudimentos de Gramática Portuguesa**, São Paulo, 1879.

Para as difíceis condições da atividade editorial do Brasil do século passado, e circunstâncias muito peculiares do nosso desenvolvimento cultural, irradiado do Rio de Janeiro e concentrado em poucos centros urbanos do litoral, lisonjeia-nos o interesse desse grande contingente de pioneiros da nossa Filologia, que enfrentaram, naturalmente, os conhecidos óbices para levarem aos estudantes o resultado de suas pesquisas e experiências.

Os títulos, datas e locais de impressão dessas obras são dados relevantes para conhecermos algumas características dos autores do período, como o sentimento nacionalista de alguns, a adesão à “gramática filosófica” de outros, a preocupação

didática de vários e a presença comovedora de esforçados estudiosos nas distantes províncias de então.

Gramáticas Portuguesas publicadas depois de 1880

O período “gramatical” ou “científico”, conforme a classificação de um ou outro dos autores citados, começou com a obra de Júlio Ribeiro. É de justiça, porém, registrar a primeira tentativa de divulgação no Brasil das doutrinas de Frederico Diez, feitas através de um opúsculo de autoria de Carlos Hofer, professor alemão que já estava há doze anos aqui, exercendo o magistério em Porto Alegre e, segundo nos conta, com muito orgulho: “Há doze anos que exerço nesta minha pátria adotiva a profissão de ensinar, além das matérias elementares, línguas antigas e modernas, e isto por meio de uma língua, a qual poucos anos antes só de nome conhecia”¹³.

O seu trabalho, **Por que alterações e transformações passaram as letras da língua latina quando dela se formou a língua portuguesa – Ensaio Etimológico**, foi escrito em 1865, que é data do “Prefácio”, e apresentado, ainda manuscrito, à consideração da Academia das Ciências de Lisboa, em 1867 (antes, portanto, da publicação de **A Língua Portuguesa**, de Adolfo Coelho), por Inocêncio Francisco da Silva. A Academia o considerou “digno de louvor”, “pois que adiantou com relação a esta (língua portuguesa) a alguns passos do caminho andado por aquele sábio lingüista” (refere-se a F. Diez). Pouco depois, mereceu ainda um parecer altamente elogiável do Cônego Fernandes Ribeiro, professor de Gramática Filosófica do Imperial Colégio de D. Pedro II, que também lembra a filiação doutrinária a Diez, mas acrescentando que “suas lições até correções são porém de tal importância que dão-lhe certo cunho de originalidade”, como se lê no opúsculo de Carlos Hofer, edição da Tip. de Pinheiro E. C., Rio de Janeiro, 1869.

Apesar desses esforços isolados, sabemos que por muito tempo ainda não teríamos uma orientação verdadeiramente científica nos estudos lingüísticos. Os nossos gramáticos, com as naturais exceções, eram autodidatas que, por força da leitura de obras especializadas ou mesmo de outras gramáticas, adquiriam as noções

¹³ **Carlos Hofer**, Por que alterações e transformações passaram as letras da língua latina quando delas se formou a língua portuguesa? – **Ensaio Etimológico – Rio de Janeiro, Tip. de Pinheiro e Cia., 1969, p. VII.**

que, com pequenas variações, iam constituir o corpo doutrinário de seus trabalhos. A pesquisa praticamente não existia, como honestamente confessa Maximino Maciel.

O respeitado professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro, assim se expressa: “Em 1887, embora no verdor dos nossos anos, publicamos o nosso primeiro trabalho **Gramática Analítica**, em que, baseando-se nas doutrinas modernas, concorremos de algum modo para romper com a velha tradição, quebrando os antigos moldes em que se vaza a gramaticografia. É certo que esse trabalho nosso a que aludimos, posto que houvesse sido aceito pelos competentes e exaltado pela imprensa, se ressentia de muitos defeitos, devidos à transição em que achavam as doutrinas de então. Além disso, nós o escrevêramos baseados mais no que havíamos lido do que na observação e na experiência dos fenômenos da língua” (**Gramática Descritiva**, Rio, 1894). Note-se: assim dizia em 1894, e estamos pensando no período anterior. A propósito desse momento de transição, vale a pena transcrever o judicioso comentário de Sílvio Elia sobre a fase que vai de 1880 a 1900: “Nessa fase o sentido renovador volta-se ainda para as explanações gramaticais, procurando imprimir à disciplina do idioma fundamental mais consentâneo com o progresso dos estudos linguísticos. Aparece a corrente independente dos lexicógrafos, e as preocupações vernaculistas renascem para o fim do século, ainda que para morrer com brilho e fosforecência, na mais famosa polêmica de nossa história cultural. Despontam por fim, de maneira segura e auspiciosa, as primeiras manifestações da direção filológica a qual, daí por diante, irá caracterizar os estudos linguísticos no Brasil” (**Ensaio de Filologia Românica**, 2ª ed., p.121).

Na falta de um curso superior de Letras, era o Colégio Pedro II o principal centro de estudos lingüísticos. Seus professores catedráticos submetiam-se a concursos, com defesa de teses. Mas foi em São Paulo que se publicou a gramática renovadora de Júlio Ribeiro, escrita, ao que tudo indica, na época em que ele era professor do famoso colégio “Culto à Ciência”, de Campinas.

No mesmo ano de 1881, em edição póstuma, pois o autor falecera em 1876, saiu, no Rio de Janeiro, a **Nova Gramática Analítica da Língua Portuguesa**, de Charles Adrien Olivier Grivet. Suíço de nascimento, viera para o Brasil em 1856, com apreciável currículo profissional. No “Prefácio”, em que apresenta as linhas gerais da nova obra, uma refundição daquela publicada em 1865, reconhece o caráter dinâmico da linguagem, pois “a cada século, a cada geração compete uma fraseologia própria, que, reflexo histórico, registre as suas conquistas no domínio da civilização”. A

Gramática Analítica, uma das mais acreditadas na época, não traz referências doutrinárias, mas uma copiosa exemplificação colhida nos autores clássicos dos quais o mais citado é o Pe. Antônio Vieira.

Das mais conceituadas e adotadas nos estabelecimentos de ensino, o que se comprova pelas dezenas de edições que alcançou, foi a **Gramática Descritiva**, de Maximino Maciel.

O professor sergipano, formado em Medicina e em Direito, mostrou-se sempre atento às novas correntes lingüísticas que iam surgindo, daí as correções que foi procedendo nas sucessivas edições, com a reformulação dos exemplos, a fim de torná-los atuais. Reconheceu a primazia de Júlio Ribeiro, por ter trasladado para “compêndios didáticos a nova orientação dos filólogos alemães, ingleses e franceses”, mas o criticou pela falta de assimilação perfeita das lições desses mestres estrangeiros. Considerou-se um renovador e, para justificar as teorias adotadas, dividiu, com tipos diferentes, a matéria do aluno e a do professor. Mattoso Câmara Jr. destaca sua atuação na teoria da gramática descritiva e o coloca, sob esse aspecto, ao lado de Said Ali. “O primeiro, (diz ele) como Schleicher, reunia dois interesses distintos – o da língua materna e o da história natural. Em gramática cogitou especialmente de uma nomenclatura abundante, com muitas associações com a terminologia botânica e à maneira desta com uma manipulação desembaraçada de radicais gregos”.

Elogiadas por Leite de Vasconcelos são as **Notas Lexicológicas** (Rio, 1880), de Manuel Melo, português, natural do Aveiro, mas que viveu a maior parte de sua vida no Brasil. Do mesmo autor, que era guarda-livros de profissão, mas um estudioso de línguas e dono de primorosa biblioteca, é a **Glótica em Portugal** (1889), que, segundo Nascentes, é uma notável obra, cujas notas “revelam erudição como ainda atualmente com dificuldade se encontra nos profissionais” (**Est. Filológicos**).

Outras gramáticas se publicaram nessa fase, sem maiores novidades que alterassem os repetidos esquemas. No Rio: **Rascunhos sobre a Gramática da Língua Portuguesa** (1881), de Batista Caetano de Almeida Nogueira; **Resumo da Gramática Portuguesa** (1888), de João Fernandes de Lima Cortes; **Gramática Portuguesa Elementar** (1888), de Alfredo do Nascimento Silva; **Gramática Portuguesa** (1897), de Hemetério José dos Santos. Em Niterói: **Observações Vagas sobre a Gramática Portuguesa** (1882), de Joaquim Luis Soares d’Almeida. Em Campinas: **Gramática das Escolas** (1883), de Miguel Alves Feitosa. Na Bahia: **Elementos de Gramática Portuguesa** (1885), de Ernesto Carneiro Ribeiro; **Guia Gramatical Português**

(1895), de Antônio Alexandre Borges Carneiro. Em São Paulo: **Compêndio de Gramática Portuguesa** (1886), de Augusto Freire da Silva.

A rotina, desta vez, é quebrada por Fausto Barreto, cearense de nascimento e professor do Colégio Pedro II, o primeiro dos nossos grandes filólogos. Como o histórico Educandário era o centro mais influente do culto das Letras, conforme dissemos, Fausto Barreto foi incumbido, em 1887, pelo então Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Emídio Vítório, de organizar os novos programas de língua portuguesa, no plano geral de remodelação do ensino. O fato merece o destaque que todos lhe dão, porque foi o estímulo que animou a elaboração de importantes gramáticas, de acordo com as normas do programa renovador.

Surgiram logo a seguir: **Noções de Gramática da Língua Portuguesa** (1887), de Lameira de Andrade em colaboração com Pacheco da Silva Júnior; a **Gramática Portuguesa** (1887), de Alfredo Gomes e a **Gramática Portuguesa – Curso Superior –** (1887) de João Ribeiro. As duas últimas ganharam, de imediato, justo prestígio e larga aceitação, logrando sucessivas edições que foram atender, por este Brasil a fora, às necessidades do ensino.

Numa síntese crítica de todo o movimento gramatical desse final de século, Sílvio Elia destaca, como as duas melhores gramáticas, a de João Ribeiro e a de Maximino Maciel. Este, mais **gramático**, fez escola entre os docentes do ensino secundário, por suas classificações e definições. Quanto a João Ribeiro, “era homem de grande inteligência e cultura e deu ao seu livro uma informação filológica superior a tudo quanto até então se vinha fazendo no Brasil. Se o livro envelheceu em muitas partes, é que a ciência faz obviamente contínuos progressos e, mesmo para a época, lutou o velho polígrafo com as deficiências e limitações do meio”. (Cf. **Ensaio**, p. 122/3). Mattoso Câmara Jr. também analisa as posições gramaticais de João Ribeiro, para julgá-lo uma “mentalidade genuinamente científica”, “mas pouco gramatical, não por falta de perspicácia gramatical (que a tinha muito grande), mas por tendência mental de pesquisador curioso e assistemático”¹⁴. A partir dessas premissas, e através do exame da matéria doutrinária, distingue os aspectos positivos e negativos, coerentes com a personalidade do filólogo, acima esboçada. Homem de sua época, o autor da **Seleção Clássica** pagou tributo ao historicismo e às ideias biológicas (mais visíveis, como se viu, no seu confrade e contemporâneo, Maximino Maciel) e, como os demais

¹⁴ Mattoso Câmara Jr., “As ideias gramaticais de João Ribeiro”, in *Dispersos de Mattoso Câmara Jr.* Rio, Fund. G. Vargas, 1972, p. 174.

gramáticos de sua geração, situou-se apenas no plano da língua escrita. Se ele confunde ainda os planos sincrônicos e diacrônicos na explicação dos verbos irregulares, em outros pontos, abandona o critério historicista e faz a descrição sincrônica dos verbos. Essas contradições da **Gramática Superior** são indícios da inconformidade do filólogo, que, nas obras posteriores, procurou evoluir, libertando-se aos poucos da influência dos primeiros lingüistas comparativos, a que todos estavam sujeitos. Como exemplo de modernidade, a transição do respeito absoluto aos clássicos (presente ainda em **Autores Contemporâneos**, 1894), à compreensão e até simpatia para com os fatos da língua popular (como deixa transparecer na **Seleção Clássica** (1905).

Em resumo, “a **Gramática Superior**, de João Ribeiro, no seu plano pouco articulado e com certas incoerências doutrinárias, é um manancial de interpretações e soluções que merecem conhecimento exato, exame cuidadoso e abeberamento contínuo por parte dos estudiosos de hoje” (Dispersos, Rio, Fund. G. Vargas, 1972, p. 175).

Um pouco tardia, a primeira edição é de 1907, mas por todas as razões digna de figurar entre as melhores do gênero, é a **Gramática Expositiva** do professor mineiro, mas radicado em São Paulo, Eduardo Carlos Pereira. Dificilmente um estudante brasileiro da primeira metade deste século deixou de consultar tão prestimoso livro, modelo de sistematização dos fatos gramaticais, rico de abundante exemplificação e, para a época, atualizado nos seus conceitos. Ciente dos novos rumos dos estudos gramaticais imprimidos por Júlio Ribeiro, a quem se refere no “Prólogo da 1ª Edição”, conservou, por vezes, “o que lhe parecia útil da tradição gramatical antiga”, como observa Theodoro Henrique Maurer Jr. Temos, de fato, traços conservadores confessados diretamente pelo Autor e outros que se podem deduzir da expressão dos seus objetivos, ao escolher como exemplos que esclarecessem e fixassem as regras, “provérbios, máximas e ditos sentenciosos. (...) Com tais exemplificações colimamos três fins: a) a fixação fácil da regra pelo frisante e agradável exemplo; b) o enriquecimento do espírito da mocidade com o legado venerável da boa e velha linguagem contida nos prolóquios populares; c) a influência salutar dos princípios morais, que eles contêm. Destarte satisfazemos o excelente princípio da pedagogia alemã: aguçar o intelecto e formar o espírito”. E acrescentamos nós: repetir procedimento muito caro ao velho gramático português, João de Barros.

Tão importante, ou mais ainda, como compêndio didático, é a **Gramática Histórica** (1916). Dela temos o favorável e autorizado juízo crítico do Prof. Maurer Jr.: “Um repertório abundante de fatos históricos largamente discutidos. Embora algumas partes desta obra estejam hoje envelhecidas, a sua sintaxe bem documentada constitui o primeiro estudo histórico pormenorizado da matéria e um dos poucos que até hoje (lembramos que o ensaio do prof. Maurer Jr. data de 1954) possuímos”.

Maximino Maciel, que, segundo vimos, historiou o desenvolvimento dos estudos gramaticais até 1910, embora não cite Eduardo Carlos Pereira, considera encerrada uma época quando do aparecimento dos primeiros de Mário Barreto. Compensa transcrever, pelo pitoresco de sua retórica, e como prova documental, a “despedida” do ilustre gramático, cioso de sua obra, mas consciente de que os tempos mudaram, e de que a pesquisa filológica precisava extrapolar dos limites didáticos das gramáticas para trabalhos de estrutura diferente. Assim, diz ele: Todos que, de certo modo, contribuíram para romper a antiga tradição, houvermos por finda a nossa missão e retraímo-nos, adstringindo-nos apenas a acompanhar as nossas obras, deixando a arena para os novos, a fim de prosseguirem na rota que colimamos. Desse modo, já nos não assiste outra tarefa que, é lezira do álveo por onde aluviais e impetuosos torrenceiam os fatos da língua, descansarmos a observá-los, a fim de, apreendendo-os e transcendendo-os à luz da análise, caldeá-los e transfundi-los no corpo das doutrinas, de há muito consolidadas” (**Gram. Desc.**).

A contribuição de Otoniel Mota para a bibliografia didática do ensino do português foi expressiva, graças às duas obras de real interesse: **Lições de Português** (1915) e **O Meu Idioma** (1916). De grande originalidade foi a introdução do sistema de análise sintática por diagrama, método que logo se popularizou em todo o País, pela facilidade de visualização das estruturas frásicas.

As **Lições de Português** (1923), de Sousa da Silveira, podem ser incluídas entre as melhores gramáticas modernas, embora a intenção inicial de seu autor não fosse rigorosamente escrever obra desse tipo. Como vem explicado no prólogo à 1ª edição, a obra evoluiu de uma coletânea de artigos publicados na **Revista de Língua Portuguesa**, no ano de 1921, artigos estes que, por sua vez, resultavam da revisão de apontamentos de aulas ministradas na Escola Normal do Rio de Janeiro. Cremos dispensável falar da excelência da obra. A assinatura do autor é garantia de qualidade de tudo que se relaciona coma ciência da linguagem. As lições todas trazem o cunho de seriedade, são modernas e apoiadas na melhor doutrina. Entre tantas, poderia

merecer referência à parte o largo capítulo “Sintaxe Especial das Diversas Espécies de Palavras”, pela expressiva exemplificação e original disposição da matéria. Com várias edições, recomenda-se, atualmente, a 7ª, revista e corrigida, juntamente com o autor, pelo Prof. Maximiano Carvalho e Silva, e saída sob a chancela da Editora Livros de Portugal, do Rio de Janeiro, em 1964.

É opinião unânime que bastaria a presença de Said Ali para consagrar uma época. Ao lado de ensaios fundamentais sobre os mais variados problemas de filologia e lingüística, podemos colocar seus dois livros didáticos, propriamente ditos: a **Gramática Secundária da Língua Portuguesa** (1923) ainda hoje eficiente manual para o curso secundário, e a **Gramática Histórica da Língua Portuguesa** (1931), na qual se reuniram duas obras: a **Lexeologia e Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico**. A rigor, não se trata de uma gramática histórica, mas, “no fundo, uma gramática expositiva, complementada por um cotejo com as antigas fases da língua”, como observa Sílvio Elia.

Antenor Nascentes, que, obviamente, se excluiu do histórico que traçou, é outro filólogo que se alinha entre os gramáticos modernos de maior representação no Brasil. O seu **Idioma Nacional**, série de 4 livros destinados ao ensino do vernáculo (1927 a 1929), prestou inestimáveis serviços à escola secundária, pois foi das mais adotadas. Entre outros méritos, prevaleciam a clareza e objetividade na exposição da matéria.

Modestos na roupagem exterior, mas ricos de substância, principalmente pela documentação de apoio, são os livrinhos em que o professor mineiro, Carlos Góis, difundiu suas lições de gramática portuguesa. Merecem citação: **Método de Análise** (1912), **Sintaxe de Concordância** (1916), **Dicionário de Galicismos** (1920), **Sintaxe de Regência** (1924), **Sintaxe de Construção** (1932).

Silveira Bueno, o primeiro catedrático de Filologia e Língua Portuguesa, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, muito fez pelos estudos filológicos entre nós. Sua presença na bibliografia especializada é marcante, mas, por enquanto, registramos apenas a série didática **Páginas Floridas**, largamente adotadas nas escolas brasileiras e, principalmente, a moderna **Gramática Normativa da Língua Portuguesa** (1944).

“Por isso mesmo que muito boa, quase desconhecida” – palavras de Gladstone Cheves de Melo a respeito da **Gramática Portuguesa** (2ª ed. 1945) de Mário Pereira de Souza Lima (a 1ª edição, sob o título de **Gramática Expositiva da Língua**

Portuguesa, é de 1937). A obra já apresentava inovações desde a distribuição da matéria. Rompe com os esquemas tradicionais e, já nos capítulos iniciais, trata dos problemas relacionados com a **proposição** e desce “às diferentes partes do discurso, mostrando como elas vivem em conjunto, como se limitam e se completam”. A doutrina vem amparada por uma segura interpretação pessoal, nascida de um longo tirocínio e amparada em atualizada bibliografia científica, na qual avultam nomes do porte de Menendez Pidal, Rodolfo Lenz, Vendryes, F. Diez, A. Coelho, Leite de Vasconcelos, F. de Saussure, N. S. Trubetzkoi, Roman Jakobson, e tantos outros.

Também muito divulgadas, a **Gramática Portuguesa** de B. Sampaio, professor de Campinas, e a **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**, de Napoleão Mendes de Almeida, conhecido gramático paulista que se especializou no ensino do português por correspondência e que assina uma coluna deste Jornal, em que responde às consultas de problemas de português,.

De publicação recente, podemos arrolar uma boa dezena de modernas gramáticas, cujos autores, quase sempre, de formação superior, ou ilustres professores universitários das Faculdades de Letras, quiseram participar diretamente da atualização do ensino da língua. Talvez não citeamos todos, pelo que, desde logo, nos desculpamos de nossa falta de informação. De Evanildo Bechara, **Moderna Gramática Portuguesa** (a 6ª edição é de 1963); de Celso Cunha, **Gramática do Português Contemporâneo**, Belo Horizonte, Editora Bernardo Alvares S. A., 1970 e **Gramática da Língua Portuguesa**, Brasília, Fename, 1972 (a 2ª edição, revista e atualizada, é de 1975); de Adriano da Gama Kuri, **Gramática Fundamental da Língua Portuguesa do Brasil**, 1972, e **Pequena Gramática**, 2ª edição melhorada e aumentada, Rio, Agir, 1959; de Rocha Lima, **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, Rio, F. Briguiet, 1957; Artur de Almeida Torres, **Moderna Gramática Expositiva da Língua**, 9ª ed., 1960; Gladstone Chaves de Melo, **Gramática Fundamental da Língua Portuguesa**, 1968; Eurico Back e Geraldo Matos, **Gramática Construtural da Língua Portuguesa**, 2 vols. 1972; José Rebouças Macambira, **Português Estrutural**, Fortaleza, I. U. 1974.

Na parte em que tratamos da evolução da gramática, vimos que as primeiras referências às teorias lingüísticas das novas correntes européias só aparecem em 1869, no sempre citado opúsculo de Carlos Hoefler **Por que alterações e transformações passaram as letras da língua latina quando delas se formou a língua portuguesa? – Ensaio Etimológico**. Mas a divulgação em termos didáticos somente se faria através

da gramática de Júlio Ribeiro (1881), tido, aliás, como o pioneiro da renovação dos estudos lingüísticos entre nós.

A importância das gramáticas, temos de reconhecer, foi decisiva, pois era o instrumento mais eficiente de formação dos especialistas, se pensarmos nas circunstâncias do Brasil no século passado. Os estudos monográficos eram inexpressivos, pelo pequeno número e pelo interesse que pudessem despertar. Depois da **Monografia da Letra A** (2ª edição, 1884), de Tomás Galhardo, a primeira desse período, em ordem cronológica, importa citar **Os Estudos Filológicos** (1884), de João Ribeiro, obra que se destaca pela orientação verdadeiramente filológica.

Pelo tema, que faria fortuna na tradição dos estudos gramaticais brasileiros, vale a pena citar as teses dos professores Aureliano Pimentel e Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, defendidas perante a Congregação do Colégio Pedro II, sob o título: **Da morfologia e colocação dos pronomes pessoais** (1886). Da mesma época é o trabalho de Castro Lopes, **Origem de anexins, prolóquios e locuções populares, siglas, etc.** (1886)

Os estudos da fraseologia se iniciam com a publicação de **Vocábulos e locuções da língua portuguesa** (1887), de Guilherme Alcântara Belegarde.

No entanto o acontecimento mais auspicioso da época, foi a fundação da Academia Brasileira de Letras, em 20 de junho de 1897, cujo programa tinha a finalidade de incentivar “a cultura da língua e da literatura nacional”. Na história da Academia, de fato, podemos anotar várias iniciativas em prol da língua portuguesa, como aquela, já em 1907, para a reforma ortográfica, com a simplificação proposta pelo Acadêmico Medeiros de Albuquerque; Mário de Alencar, em 1910, defende a idéia de um dicionário de brasileirismos e um dicionário da língua, sob os auspícios da Academia; a instituição de prêmios literários, etc.

No capítulo dos prêmios literários, teve grande repercussão a outorga do “Prêmio Francisco Alves”, em 1921, a Manuel Said Ali Ida, pela obra **Lexeologia do Português Histórico** e, em 1927, a **Meios de Expressão e Alterações Semânticas**. A atuação da Academia também se estendeu ao campo das publicações, orientadas, quase sempre, para a reedição de obras raras, como foi o caso da **Prosopopéia**, de Bento Teixeira, em 1923; **Música do Parnaso**, de Manuel Botelho de Oliveira (1929); **O Uruguai**, de Basílio da Gama (1941) e muitas outras da “Coleção Afrânio Peixoto”, incluindo também obras históricas, biográficas, etc. Importante ainda a **Revista da Academia Brasileira de Letras**, desde 1916 e, a partir de 1941, a **Revista Brasileira**.

O século XX começa bem para a Filologia brasileira. Logo em 1903 aparece **Estudos de Língua Portuguesa**, livro de estréia de Mário Barreto. É nessa obra que se encontram suas críticas à orientação estreita de Cândido de Figueiredo, no que se refere aos problemas de linguagem. Assim, pelo conteúdo o livro muito se aproxima dos **Fatos da Linguagem**, de Heráclito Graça, já comentado aqui. Aos **Estudos** seguiram-se: **Novos Estudos da Língua Portuguesa** (1911), **Novíssimos Estudos da Língua Portuguesa** (1914), **Fatos da Língua Portuguesa** (1916), **De Gramática e de Linguagem** (1922), **Através do Dicionário e da Gramática** (1927) e a obra póstuma, **Últimos Estudos** (1944).

O conteúdo dessas obras é constituído, em grande parte, das respostas a centenas de consulentes, publicadas nas seções próprias que manteve em vários periódicos, como **O País**, **o Correio da Manhã**, **Revista de Cultura** e **Revista de Língua Portuguesa**, esta fundada e dirigida por Laudelino Freire. No conjunto elas formam excelente corpo de doutrina, o que explica o grande respeito com que todos os estudiosos citam a autoridade do Mestre, que era conhecedor profundo da língua portuguesa, um dos seus filólogos mais ilustres, que muito se destacou no campo da sintaxe e da ortografia. Para consagrá-lo, basta a opinião abalisada de Sousa da Silveira: “Todos os ramos da Filologia Mário Barreto perlustrou. Em todos se manifestou mestre eminentíssimo. Mas onde me parece que penetrou mais a fundo e se tornou mais original, foi na Sintaxe: a língua literária, a língua clássica, na sua forma mais estreme e mais perfeita, achou nele um dos seus melhores observadores, um dos seus cultores mais apaixonados”¹⁵.

Antecipando-se a qualquer falsa impressão a respeito da natureza e importância do conjunto de lições de Mário Barreto, Antonio Chediak afirma: “Sua obra, na aparência fragmentária, apresenta, indubitavelmente, certa unidade. No geral respostas a consulentes, tinha de limitar-se às questões propostas”¹⁶.

Mais adiante, lamenta o crítico a falta de uma ordenação de matéria que revelasse a unidade doutrinária. Em parte a sugestão já foi atendida, graças ao índice remissivo completo organizado por Candido Jucá (filho), e que se acha reproduzido na revista **Litera**. (n^{os}. 1, 5, 7, 10 e 11).

Em 1908 desponta outro lumiar de nossa Filologia: Said Ali que, no primeiro livro – **Dificuldades da Língua Portuguesa** já firmara lições que até hoje mantêm

¹⁵ Apud **Sílvio Elia**, op. cit., p. 135.

¹⁶ “Para esta edição”, in **Factos da Língua Portuguesa**. Rio, **Organização Simões**, 1954, p. 17.

plena validade, como aquela sobre o uso do infinito pessoal. Desde então, seu labor foi constante, mas sem pressa, construindo, com segurança, uma obra que se constitui num modelo exemplar de proficiência científica, seriedade de propósito e honestidade intelectual.

A sensação de coisa perfeita que nos dá a leitura de qualquer dos seus ensaios, advém da sua paciente elaboração, alicerçada em pesquisas diretas nas fontes mais seguras. A correspondência de Capistrano de Abreu, tantas vezes citada por Evanildo Bechara¹⁷, confidencia muito sobre os projetos do Mestre, seu método de trabalho, o cuidado de documentar-se devidamente, apesar das circunstâncias difíceis.

Uma das grandes virtudes de Said Ali, sobretudo se considerarmos a mentalidade predominante na sua época, foi a equilibrada maneira de sentir e resolver os problemas lingüísticos que apaixonavam seus contemporâneos, como o do **purismo** da língua portuguesa e o da injustamente célebre querela da colocação pronominal. Sobre o primeiro, assim se manifestou em conferência proferida na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em 1914: “Língua viva imutável, língua que, chegada a um tipo de perfeição modelar, cesse de modificar-se e absorver elementos estranhos ao seu passado, é coisa que não há nem nunca houve”. E nessa linha de raciocínio, esclarece os critérios de evolução, e a melhor atitude a seguir, respeitando as necessárias diferenças de período para período, mas evitando, dentro do possível, acelerar a variabilidade da linguagem por meros caprichos pessoais¹⁸. E resolveu de forma definitiva o segundo, quando ensinou que a questão não era propriamente de sintaxe, e sim de fonética. Os brasileiros nem sempre podiam acompanhar os portugueses na colocação dos pronomes. E, depois dessa lição, apenas os que a ignoraram continuaram discutindo, com base em argumentos ultrapassados ou em exemplos inaplicáveis.

Em 1921, como vimos, Said Ali venceu o prêmio “Francisco Alves”, instituído pela Academia, em homenagem ao conhecido e benemérito livreiro, com a obra: **Lexiologia do Português Histórico**, publicada em 1922. No ano seguinte sai do prelo **Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico** (1923), que veio acentuar o caráter de unidade dos seus estudos históricos, como muito bem acentuou Evanildo

¹⁷ “M. Said Ali e sua Contribuição para a Filologia Portuguesa”, in *Letras – Revista dos Cursos de Letras da Faculdade de Filologia da Universidade do Paraná*, Curitiba, dezembro de 1956, *passim*.

¹⁸ Idem, *ibidem*.

Bechara¹⁹. Por outro lado, foi ponderável sua contribuição aos incipientes estudos semânticos, pois os **Meios de Expressão e Alterações Semânticas** (1930) – também primeiro prêmio “Francisco Alves”, de 1927, vieram alinhar-se às **Noções de Semântica** (1903), de Pacheco Júnior, até então o único trabalho do gênero publicado no Brasil.

A probidade do pesquisador é outro exemplo digno de imitação. Percorreu os clássicos e, por isso, quando opinava era com pleno conhecimento de causa. Foi, assim, um dos primeiros a atentar para a fidedignidade do texto, e ele mesmo se encarregou de editar algumas obras, como as de Casimiro de Abreu e Gonçalves Dias.

Os principais discípulos de Said Ali reuniram-se, sob a orientação de Antenor Nascentes, e publicaram uma **Miscelânea** de estudos (1938), em sua honra. Foi o primeiro trabalho deste tipo, de autores brasileiros, e a homenagem foi justa

A figura de Antenor Nascentes é daquelas que marcam uma geração. Trabalhador infatigável, sua extensa obra se estende pelos mais variados campos da Filologia e da Linguística, e seu magistério, na Cátedra e fora dela foi um guia para todos os que se voltavam para o estudo da língua portuguesa. Já vimos que sua contribuição foi uma das mais eficientes para a literatura didática, para a dialetologia, lexicologia, fraseologia e, merecidamente, para a lexicografia, elaborando um dicionário etimológico que por muitos anos foi o único em língua portuguesa e que, até hoje, é obra de consulta obrigatória, em muitos aspectos, ainda não superado.

Entre dezenas de títulos de sua autoria, como mais importantes, poderíamos arrolar: **Método Prático de Análise Léxica** (1920), **Método Prático de Análise Gramatical** (1921), **O Linguajar Carioca** (1922), **Noções de Estilística e Literatura** (1929), **Os Lusíadas** (ed. escolar), (1930), **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa** (1932) – 2º volume, de nomes próprios, em 1952, **Estudos Filológicos** (1939), **A Ortografia Simplificada** (1939), **O Problema da Regência** (1944), **Tesouro da Fraseologia Brasileira** (1945), **Dicionário Básico do Português do Brasil** (1952), **A Gíria Brasileira** (1953), **Elementos de Filologia Românica** (1954), **Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil** (1958) e **Dicionário da Língua Portuguesa** (Academia Brasileira de Letras), 4 volumes, (1961/1967).

Outros autores deixaram igualmente seus nomes ligados ao desenvolvimento dos estudos filológicos, como é o caso de José Rodrigues Leite e Oiticica. Por causa

¹⁹

Op. cit.

do seu gênio irrequieto, índole de polemista, que, ao mesmo tempo que despertava admiração, grangeava também opositores, sua figura é muito controversa. A curiosidade intelectual levou-o a variados campos do saber, mas foi o da Filologia que o atraiu, por fim, e sua obra reflete essa opção. O primeiro trabalho digno de nota foi a tese de Concurso apresentada ao Pedro II, **Estudos de Fonologia** (1916), reeditados mais tarde, juntamente com outros ensaios, sob o título de **Roteiros em Fonética Fisiológica, Técnica do Verso e Dicção** (1955).

“A criação dos cursos superiores de Letras assinala o início de nova fase na história da nossa Filologia, pela renovação que esses cursos imprimiram no ensino das línguas e literaturas e, em consequência, na elaboração de textos especializados. Os licenciados das Faculdades foram substituindo aos poucos os professores autodidatas e assim iam também contribuindo para criar no país uma mentalidade científica que se opunha aos métodos obsoletos da improvisação ou do mero impressionismo.”

Para avaliação abalizada dos **Estudos de Fonologia** é necessário partir-se da observação do autor: “A Tese destinada ao concurso de Português no Colégio Pedro II era a minha **Gramática dos Lusíadas**. Tudo fiz para levar a termo o longo trabalho. A curteza do prazo não me permitiu realizar meu desejo. Escrevi, por isso, em quinze dias, esta primeira série de estudos de fonologia. Este aviso é tão somente para justificar as falhas inevitáveis, pois a pressa é inimiga da perfeição (Observação transcrita na reedição acima referida).

São dele e foram muito consultados, o **Manual de Análise (léxica e sintática)** (1919), o **Manual de Estilo** (1926) e, em destaque, a **Teoria da Correlação** (1952), em que repete a teoria já exposta no **Manual de Análise**, quando separou a **correlação da subordinação**.

Laudelino Freire foi outra personalidade de múltipla curiosidade intelectual. Fez incursões no campo das outras disciplinas, mas sempre revelou interesse pela literatura: deixou alguns ensaios de crítica literária, uma antologia de sonetos brasileiros e pequenos trabalhos de natureza filológica e linguística, dos quais se podem citar: **Verbos Portugueses** (1925) e **Graças e Galas da Linguagem** (1931). Como já dissemos, sua melhor colaboração foi, no entanto, a fundação e direção da **Revista de Língua Portuguesa**, que sobreviveu 16 anos, com três interrupções. De fato, o 1º

número se publicou em setembro de 1919 e o último, 68º ou 2º da 3ª série. A publicação ficou interrompida nos anos de 1930, 1933 e 1934. Colaboraram nela 76 autores, brasileiros (a maioria, está claro) e portugueses, dentre os quais podemos destacar: Afrânio Peixoto, Alfredo Gomes, Amadeu Amaral, Artur Mota, Augusto Magne, Cândido de Figueiredo, Carlos Góis, Carolina Michaelis, Carlos da Laet, Ernesto Carneiro Ribeiro, Eduardo Carlos Pereira, João Ribeiro, José de Sá Nunes, José Joaquim Nunes, José Maria Rodrigues, Júlio Nogueira, Leite de Vasconcelos, Mário Barreto, Maximino Maciel, Mendes dos Remédios, Otoniel Mota, Said Ali, Rui Barbosa, Sílvio de Almeida e Sousa da Silveira. Graças ao paciente trabalho de Pedro Caruso, professor da Faculdade de Filosofia de Assis, temos um completo **Índice Remissivo** (1967) da **Revista**, pelo qual se pode avaliar a excelente colaboração que lá se encontra.

Como dissemos em outra parte deste esboço, a criação dos cursos superiores de Letras assinala o início de nova fase na história da nossa Filologia, pela renovação que esses cursos imprimiram no ensino das línguas e literaturas e, em consequência, na elaboração de textos especializados. Os licenciados das Faculdades de Filosofia e Letras foram substituindo, aos poucos, os professores autodidatas e assim iam também contribuindo para criar no país uma mentalidade científica, que se opunha aos métodos obsoletos da improvisação ou do mero impressionismo. Surgiu uma crítica literária universitária, difundiram-se os métodos de apuração do texto, da preparação de edições críticas, ou monografias elaboradas com aparato filológico. Assim, nunca é demais repetir que a criação da Universidade de São Paulo e com ela a da Faculdade de Filosofia e Letras, em 1934, constituiu-se no marco mais importante da nossa história cultural. No Rio de Janeiro, a da Universidade do Distrito Federal e da sua Faculdade de Letras ocorreria três anos mais tarde, em 1937. Antenor Nascentes reconhece a importância do evento, mas, como estava em 1939, tinha razão de afirmar: “Nenhuma das duas Faculdades exerceu até agora influência saliente no progresso da Filologia, talvez pelo diminuto número de diplomados e pela falta de uma revista que se impusesse” (**Est. Fil.**, p. 42). Hoje, porém, temos muitíssimas razões para afirmar justamente o contrário, e proclamar os excelentes resultados da atuação dos Institutos superiores de Letras, tanto no ensino, como na pesquisa.

A criação da Universidade de São Paulo, como sabemos, fazia parte de um conjunto harmonioso de medidas de um governo, cuja política administrativa,

inteligente e cônica de suas atribuições, pretendia realmente imprimir ao Estado a orientação digna de sua grandeza. Assim, para que o Ato de criação alcançasse plena eficácia, o Governo de São Paulo convidou renomados professores e cientistas europeus, para que viessem formar, na nova Faculdade de Filosofia, os núcleos de ensino e de pesquisa.

Para lembrar a primeira estrutura da novel Instituição, transcreveremos uma passagem do já citado ensaio do Prof. Maurer: “Com a criação da Universidade surgia uma subseção de **Letras Clássicas e Português** para o estudo da língua nacional, do **latim** e do **grego**, outra de **Línguas Estrangeiras**, incluindo a princípio apenas o **francês** e o **italiano**. Alguns anos mais tarde esta subseção passava a designar-se **Letras Neolatinas**, e incluía também o **espanhol**, enquanto se criava a subseção de **Letras Anglo-Germânicas**, onde se estuda o **inglês** e o **alemão**. Demais desde o início, se estabeleceu na Faculdade uma cadeira de **Etnografia Brasileira e Língua Tupi-guarani**. Com isto começa um novo estímulo para os estudos linguísticos, se bem que estas disciplinas não sejam estudadas, em geral, do ponto de vista linguístico, com exceção da cadeira de Filologia Portuguesa”. Seu primeiro regente foi o Prof. Francisco Rebelo Gonçalves, da Universidade de Lisboa e especialista em letras clássicas.

Rebelo Gonçalves imprimiu em seus cursos, não só de Língua Portuguesa, mas nos de Latim e Grego, que também ministrou, uma orientação especificamente linguística, e ainda, introduziu o estudo histórico da língua. Foi em São Paulo que publicou sua coletânea de ensaios, **Filologia e Literatura**, em 1937. Quando do seu regresso a Portugal, nesse mesmo ano de 1937, passou a responder pela Cadeira de Prof. Otoniel Mota, interinamente, até à nomeação, por concurso, do seu primeiro catedrático, Prof. Silveira Bueno, em 1940.

Já nos referimos a Otoniel Mota, quando historiamos a evolução da gramática. Cumpre-nos agora relatar outros aspectos de sua múltipla atividade, não só como professor de vários ginásios estaduais, mas também como autor de interessantes ensaios: **Ensaio Linguístico** (1905), **Questões Filológicas**, na **Revista do Centro de Ciências e Letras**, de Campinas (1914) e **Horas Filológicas**, que reúne uma série de estudos esparsos.

Depois de assumir a Cátedra de Filologia e Língua Portuguesa, o Prof. Silveira Bueno passou a desenvolver intensa atividade, publicando uma série de obras, como o **Auto das Regateiras de Lisboa** (1939), sua tese de concurso. Nas páginas

introdutórias, defende a natureza filológica do trabalho, argumentando, inicialmente, com diversos conceitos de “filologia”, colhidos nas obras de eminentes autores, do porte de Marouzeau, Laurand e outros.

Tratava-se, na verdade, do primeiro estudo completo desse texto, que é de um teatrólogo anônimo do século XVII, estudo que visa a esclarecer todos os aspectos obscuros da peça, inclusivamente o problema de autoria, a estabelecer um paralelo entre esse teatro e o vicentino, além da análise lingüística, no nível da etimologia, da história da língua, da sintaxe, etc. A obra vinha, portanto, continuar um tipo de trabalho pouco praticado entre nós, até então, qual seja, a edição comentada de obras do passado.

A fim de orientar os estudantes e facilitar o acesso às teorias e doutrinas filológicas, o Prof. Silveira Bueno elaborou diversas apostilas que foram o germen de seus **Estudos de Filologia Portuguesa** (1^o. v., 1946). No ano seguinte, saía o **Tratado de Semântica Geral Aplicada à Língua Portuguesa do Brasil** matéria do “Boletim” nº LX-XXIII, de Filologia e Língua Portuguesa, da Faculdade de Filosofia. Os estudos de Semântica, tão alvissareiramente iniciados por Pacheco da Silva Jr. e Said Ali, não tiveram novos cultores, até que o Prof. Silveira Bueno voltasse ao problema, pesquisando, na língua portuguesa, os casos de alteração de sentido das palavras, causas e efeitos. A orientação foi, inicialmente, a de Carnoy, exposta em **La Science du mot** (Louvain, 1927). Depois o Autor refundiu e aumentou o trabalho e atualizou a bibliografia, como vemos na 4^a edição, de 1965.

É grande a obra esparsa do Prof. Silveira Bueno, em periódicos especializados do país e do estrangeiro. Foi o criador e diretor do **Jornal de Filologia**, que contou com excelente colaboração de filólogos brasileiros. Em 1955 saiu a **Formação Histórica da Língua Portuguesa**, para continuar a série iniciada pelos **Estudos de Filologia** e preencher um claro, “por não existir em português obra alguma deste assunto, completa, se não apenas parcial, fragmentária”, como explica o Autor no prefácio.

Com a aposentadoria do Prof. Silveira Bueno, assumiu a regência da Cadeira o Prof. Segismundo Spina, primeiro, em caráter interino, depois, através de concurso, como seu primeiro Titular, nos termos do novo Estatuto da Universidade de São Paulo, em vigor a partir de 1970. Mesmo antes de responder pela Cadeira, o Prof. Spina, que pertencia à área de Literatura Portuguesa, já havia publicado um grande número de trabalhos, no campo de sua especialidade: a literatura da Idade Média e do Classicismo,

em especial, Camões. Aliás, foi como responsável pela Disciplina de Camonologia que fundou e dirigiu a **Revista Camoniana**, da qual saíram 3 números, com excelente colaboração de escritores brasileiros e estrangeiros.

Entre as dezenas de obras de autoria do Prof. Segismundo Spina, devem ser lembradas aqui: **Fenômenos Formais da Poesia Primitiva** (“Boletim” de Letras, nº 9.1951 – sua tese de doutoramento); **Apresentação da Lírica Trovadoresca** (Rio, Acadêmica, 1956); **Da Idade Média e das Outras Idades** (S. Paulo, C. E. C., 1964); **Gil Vicente**: “O Velho da Horta”, “O Auto da Embarcação do Inferno” e a “Farsa de Inês Pereira”. Introd. Texto e Notas (S. Paulo, Brasiliense, 1965); **Introdução à Poética Clássica** (S. Paulo, F. T. D., 1967); **Do Formalismo Estético Trovadoresco** (“Boletim” de Letras, nº 300, 1966); **Presença da Literatura Portuguesa I – Era Medieval** – (S. Paulo, D. E. L. 1961); **Manual de Versificação Românica Medieval** (Rio, Gernasa, 1971); **Apresentação da Poesia Barroca Portuguesa** (Assis, 1967). Copiosa é sua colaboração em dezenas de periódicos especializados, bem como, a colaboração em obras coletivas, como a Edição Monumental de **Os Lusíadas** (1956).

A par dessa contínua produção intelectual, é importante assinalar sua atuação à frente da Disciplina de Filologia e Língua Portuguesa, não só orientando os cursos, mas promovendo, através da Pós-Graduação, a formação de um corpo de colaboradores, com os títulos universitários exigidos pela Carreira Docente. Nestes últimos 4 anos já foram defendidas várias teses de Doutorado e muitas dissertações de Mestrado.

Também merece lembrança a atividade da Cadeira de Filologia Românica no processo de desenvolvimento, primeiro, dos estudos filológicos e, depois, lingüísticos, em São Paulo. Criada em 1942, seu primeiro regente foi o Prof. Urbano Canuto Soares que também respondia pela Cadeira de Língua e Literatura Latina. Ocuparam-na, em seguida, os professores Francisco da Silveira Bueno (1943-1946), Theodoro Henrique Maurer Jr. (1947-1967) e Isaac Nicolau Salum (desde 1967).

Para conhecermos a orientação inicial da Cadeira, o melhor será transcrevermos as palavras de um dos seus eminentes Catedráticos, o Prof. Maurer Jr.: “Os cursos administrados por essa cadeira proporcionam um conspecto geral da formação histórica das línguas românicas desde as suas fontes latinas. Nos últimos anos (escreveu em 1954) tem-se procurado centralizar esse curso – muito esquemático, naturalmente, dada à vastidão da matéria e a exiguidade do tempo – no exame do **latim vulgar** e de suas características gerais como fonte de estrutura distintiva das

línguas românicas modernas, e no estudo da formação histórica desse grupo de línguas e dos fatores sociais e outros que determinam sua transformação mais ou menos profunda. Reservam-se para os cursos de especialização alguns temas particulares e de interesse românico ou linguístico em geral” (“Os Estudos Linguísticos em São Paulo”, **O Estado**, 25/1/54).

Acrescentamos que depois da Lei de Diretrizes e Bases que instituiu a disciplina de Linguística como uma das obrigatórias do “Currículo Mínimo” dos Cursos de Letras, coube à Cadeira de Filologia Românica ministrar os cursos e preparar o pessoal docente para assumir a disciplina, como de fato aconteceu. Mas, voltando ao Prof. Maurer Jr. o primeiro Catedrático brasileiro de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia da USP, indicaremos algumas de suas obras que evoluíram das pesquisas que empreendeu, e que também foram a base de muitos dos cursos ministrados.

Entre essas, **A Morfologia e a Sintaxe do Genitivo Latino** (“Boletim” n.º. 1, da Cadeira de Filologia Românica, F. F. C. e Letras, USP, 1944); **A Unidade da Românica Ocidental** (“Boletim” n.º. 2, 1951) em que defende a tese da unidade das línguas românicas como decorrência das influências da Igreja, da cultura medieval e da França; **Dois Problemas de Língua Portuguesa** (“Boletim” n.º. 3, 1951) em que estuda a origem do infinito pessoal e pronome SE, e sua evolução semântica; **Gramática do Latim Vulgar** (Rio, Liv. Acadêmica, 1959); **O Problema do Latim Vulgar** (Rio, Liv. Acadêmica, 1962), além da vasta colaboração em periódicos especializados. Uma retomada ao problema do infinito pessoal produziu o excelente trabalho **O Infinito Flexional Português, estudo histórico descritivo**, S. Paulo, CEN-EDUSA, 1968.

Relevante, sob todos os pontos de vista, tem sido a colaboração da Cadeira na formação de romancistas e lingüistas, como já salientamos.

Outra referência necessária, embora rápida por fugir às pretensões deste esboço, temos de fazer à Cadeira de Etnografia e Língua Tupi, ocupada, em primeiro lugar, pelo Prof. Plínio Ayrosa e, a seguir, pelo Prof. Carlos Drummond, que, justamente com o Prof. Erasmo de Almeida Magalhães, muito têm trabalhado pela Linguística, principalmente quando aplicada aos problemas das línguas indígenas brasileiras.

O movimento intelectual de São Paulo, neste momento, mesmo se o considerarmos apenas sob o prisma da Filologia Portuguesa, é de tal magnitude que

difícilmente poderíamos resenhá-lo em trabalho deste porte. Para sentirmos a dificuldade de resumi-lo, basta mencionar o grande número de Institutos Superiores de Letras, oficiais ou particulares, e quase todos seriamente empenhados num labor científico, com pesquisas de elevado alcance que assegurarão, sem dúvida, um feliz futuro para as Letras do País. São centenas de professores conscientes da responsabilidade de seu magistério. Assim, ora nos próprios órgãos de divulgação de suas Instituições, ora em trabalhos pessoais, oriundos de teses defendidas, ou não, todos prestando sua colaboração para que, o ensino da língua e da literatura atinja um nível verdadeiramente universitário.

Quanto aos demais Estados, enviamos o leitor ao já tantas vezes citado ensaio do Prof. Sílvio Elia, que, apesar das limitações confessadas pelo Autor, ainda é a melhor sùmula de que dispomos. Pela leitura daquele ensaio e deste pequeno esboço, todos poderão sentir que um levantamento completo de todas as atividades e trabalhos é tarefa, hoje, para uma equipe de especialistas e que, naturalmente, ultrapassará as proporções de um simples artigo de jornal.